

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**SEGURANÇA**

**DCA 205-4**

**SEGURANÇA E DEFESA NO COMANDO DA  
AERONÁUTICA**

**2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
COMANDO DE PREPARO**



**SEGURANÇA**

**DCA 205-4**

**SEGURANÇA E DEFESA NO COMANDO DA  
AERONÁUTICA**

**2020**





**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**

**PORTARIA Nº 340/GC3, DE 13 DE MARÇO DE 2020.**

Aprova a reedição da Diretriz que dispõe sobre a Segurança e Defesa no Comando da Aeronáutica.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67200.019410/2019-67, procedente do Comando de Preparo, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da DCA 205-4 “Segurança e Defesa no Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº R-931/GC3, de 30 de novembro de 2004, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica Reservado nº 31, de 15 de dezembro de 2004.

**Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ**  
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 044, de 17 de março de 2020)



## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>9</b>
1.1 <u>FINALIDADE .....</u>	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES .....</u>	9
1.3 <u>ÂMBITO .....</u>	10
<b>2 SEGURANÇA E DEFESA NO COMANDO DA AERONÁUTICA .....</b>	<b>11</b>
2.1 <u>PRINCÍPIOS DE GUERRA APLICADOS À SEGURANÇA E DEFESA .....</u>	11
2.2 <u>PREMISSAS BÁSICAS .....</u>	12
2.3 <u>CONCEITO DE SEGURANÇA E DEFESA NO COMANDO DA AERONÁUTICA ...</u>	13
2.4 <u>AÇÕES DE FORÇA AÉREA E SISTEMAS INTERVENIENTES .....</u>	14
2.5 <u>ORGANIZAÇÃO .....</u>	14
2.6 <u>RECURSOS HUMANOS .....</u>	14
2.7 <u>RECURSOS MATERIAIS .....</u>	15
2.8 <u>RECURSOS FINANCEIROS .....</u>	15
2.9 <u>PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA E DEFESA .....</u>	15
<b>3 COMPETÊNCIAS .....</b>	<b>16</b>
3.1 <u>EMAER .....</u>	16
3.2 <u>ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL .....</u>	16
3.3 <u>COMPREP .....</u>	16
3.4 <u>COMANDANTES DE GUARNAE .....</u>	16
3.5 <u>CIAER .....</u>	16
3.6 <u>ORGANIZAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA .....</u>	17
<b>4 DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>





## PREFÁCIO

A presente Diretriz trata da Segurança e Defesa (SEGDEF) no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), servindo de instrumento básico para orientar os órgãos do COMAER, de maneira que possam executar, com eficiência, a Segurança e Defesa das instalações, equipamentos e pessoal sob sua responsabilidade.

As conceituações de “segurança” e “defesa” são basilares para a definição das medidas essenciais para a proteção das instalações de interesse do COMAER. À luz desses conceitos, entende-se, num sentido mais amplo, que segurança é uma necessidade, uma aspiração e um direito inalienável do ser humano, enquanto que defesa é um ato ou conjunto de atos realizados para obter ou resguardar as condições reconhecidas como segurança.

A Força Aérea Brasileira, tal como as demais Forças Armadas, possui por destinação constitucional a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem, tendo como missão síntese “Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria”. Nesse contexto, faz-se necessário identificar e desenvolver, dentre outras, a capacidade essencial de proteger o poder de combate da FAB, para que ele possa ser aplicado quando e onde for necessário.

A atualização da DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”, em 2012, estabeleceu a Tarefa Básica de Proteção da Força com o propósito de prover um ambiente operacional seguro necessário ao emprego da Força Aérea, em contraposição às ameaças inimigas. Esta Tarefa envolve as Ações de Força Aérea que buscam a salvaguarda de recursos humanos, equipamentos, instalações e sistemas, garantindo a liberdade de ação da Força Aérea.

Assim, Segurança e Defesa engloba o conjunto de Ações de Força Aérea que contribuem para a preservação do poder de combate da FAB. Consiste na consecução de ações defensivas, ofensivas e de proteção, a fim de garantir o grau de segurança desejado.

Por envolver diversos segmentos do Comando da Aeronáutica, é necessário que as Ações de Segurança e Defesa sejam desenvolvidas de maneira sistêmica.

A reedição desta Diretriz apresenta uma atualização doutrinária frente às mudanças conceituais e legais ocorridas nos últimos dez anos, devendo ser seguida da elaboração de outros documentos normativos que orientem o preparo do pessoal, o suporte logístico e a execução propriamente dita da Segurança e Defesa.



## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

A presente Diretriz tem por finalidade orientar a Segurança e Defesa nas Organizações Militares do COMAER.

### **1.2 CONCEITUAÇÕES**

A interpretação do significado da terminologia empregada deve ser feita de acordo com o consagrado no vernáculo, na DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”, no MD35-G-01 “Glossário das Forças Armadas”, no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica” ou como definido a seguir.

#### **1.2.1 AÇÃO ANTAGÔNICA**

Atos por meio dos quais pessoas ou grupos com capacidade de concretizar ameaças, as intentam.

#### **1.2.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Processo utilizado para administrar os riscos identificados, por meio de sua avaliação e seu tratamento, eliminando-os ou levando-os a níveis aceitáveis.

#### **1.2.3 GRAU DE RISCO**

Valor numérico variável que mensura a intensidade do risco.

#### **1.2.4 IMPORTÂNCIA RELATIVA**

A importância relativa é estabelecida com base no impacto resultante da perda total ou parcial de determinado recurso sobre a missão da OM. Na mesma linha, a importância relativa de uma OM é representada pelo impacto de sua perda, total ou parcial, sobre a missão do Comando da Aeronáutica. A importância relativa será maior, então, quanto maior for esse impacto.

#### **1.2.5 SEGURANÇA**

Condição que resulta do estabelecimento e conservação de medidas de proteção que assegurem um estado de inviolabilidade contra atos ou influências hostis.

#### **1.2.6 SEGURANÇA E DEFESA (SEGDEF)**

Conjunto de medidas que contribuem para a preservação do poder combatente da Força Aérea Brasileira. Consiste na consecução de ações defensivas, ofensivas e de proteção, a fim de garantir o grau de segurança desejado das instalações, dos equipamentos e do pessoal de interesse do Comando da Aeronáutica.

#### **1.2.7 UNIDADE DE SEGURANÇA E DEFESA (USEGDEF)**

Contingente de Infantaria da Aeronáutica cuja atuação abarca as Ações de Segurança das Instalações, Polícia da Aeronáutica e Autodefesa de Superfície. Tem por

atribuição a condução de ações defensivas e ofensivas em prol da proteção dos meios de Força Aérea, contribuindo para a preservação do poder de combate da FAB. Abrange os Grupos (GSD), os Esquadrões (ESD), as Esquadrilhas (EASD) e os Elementos de Segurança e Defesa (ELSD), que têm seu dimensionamento definido de acordo com as necessidades das GUARNAE apoiadas.

#### **1.2.8 VULNERABILIDADE RELATIVA**

A vulnerabilidade relativa é mensurada pela suscetibilidade de determinado recurso à ação adversa, considerando-se fatores como sua exposição (protegido ou exposto), atratividade (se desperta o interesse adverso) e sua fragilidade (resistência a ações hostis). Recursos mais atrativos ao interesse adverso, bem como aqueles de fácil acesso, tem maior vulnerabilidade relativa. Equipamentos menos resistentes, também, são mais vulneráveis.

### **1.3 ÂMBITO**

Esta Diretriz aplica-se a todas as OM do COMAER.

## **2 SEGURANÇA E DEFESA NO COMANDO DA AERONÁUTICA**

### **2.1 PRINCÍPIOS DE GUERRA APLICADOS À SEGURANÇA E DEFESA**

**2.1.1** Os Princípios de Guerra são preceitos consagrados pelo seu uso exitoso em distintas guerras e batalhas transcorridas ao longo da história. orientam o comandante no planejamento e na condução da guerra, sem, contudo, condicionar suas decisões.

**2.1.2** Considerando os Princípios de Guerra citados pela DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”, o planejamento e a execução da Segurança e Defesa devem ser orientados pelos seguintes Princípios:

#### **2.1.3 ECONOMIA DE MEIOS E MASSA**

As forças de Segurança e Defesa (SEGDEF) devem ser capazes de detectar o mais distante possível, identificar e neutralizar ou impedir as ações antagônicas perpetradas pelas prováveis fontes de ameaça. A designação de áreas de responsabilidade bem definidas, o emprego de uma rede de vigilância em profundidade baseada no trinômio homem/cão/meios eletrônicos e a manutenção de uma força de pronta-resposta para atuar em qualquer ponto da área de responsabilidade, permite o uso ponderado de meios no estado de expectativa e o emprego máximo da força nos locais e ocasiões decisivos.

#### **2.1.4 EXPLORAÇÃO**

Quando uma fonte de ameaça é rechaçada, obtendo-se um sucesso tático, a intensificação das medidas de SEGDEF reativas e proativas, explorando o êxito inicial, consolidam o sucesso e dissuadem a fonte de ameaça a novas investidas a curto prazo.

#### **2.1.5 MANOBRA**

A capacidade de movimentar-se de maneira eficaz e rápida, de uma posição para outra, colocando a fonte de ameaça em situação desvantajosa, é alcançada na SEGDEF pelo emprego de uma força de pronta-resposta e pela capacidade de reajuste na rede de vigilância.

#### **2.1.6 OBJETIVO**

A definição de objetivos claros e exequíveis facilita a atuação de todos os atores envolvidos com a SEGDEF. O desvio desses objetivos dilui os esforços e aumenta as chances do insucesso.

#### **2.1.7 OFENSIVA**

Mesmo na Segurança e Defesa, o uso de ações ofensivas deve ser considerado, furtando à fonte de ameaça a surpresa. O emprego associado de medidas proativas, negando a liberdade de ação ao elemento antagônico e de medidas reativas eficazes, tem forte poder dissuasório.

### **2.1.8 PRONTIDÃO**

**2.1.8.1** Os meios de SEGDEF devem ter capacidade de resposta imediata às demandas da força aérea. Nesse sentido, devem contar com pessoal e equipamentos aptos a se desdobrar para diferentes áreas do território nacional, com vistas à proteção de recursos essenciais à manutenção do poder de combate da força aérea.

**2.1.8.2** Em situações de rotina, os meios de SEGDEF devem estar em condições de serem empregados, prontamente, diante de ações hostis desencadeadas contra os meios de força aérea sob sua proteção.

### **2.1.9 SEGURANÇA**

A contraposição às fontes de ameaça deve considerar medidas de proteção para garantir a força de SEGDEF maior eficácia e capacidade de sobrevivência em combate.

### **2.1.10 SIMPLICIDADE**

Planos e Ordens claros e concisos devem ser sempre o objetivo do processo de planejamento e comando. A necessidade de simplicidade está relacionada ao grau de treinamento e especialização de uma tropa, ou seja, quanto menos especializada for aquela, mais simples deverão ser os Planos e Ordens. Se necessário empregar todo o efetivo de uma instalação para sua SEGDEF, é primordial que todos, independente de sua formação e treinamento, compreendam suas tarefas no esquema de SEGDEF.

### **2.1.11 SURPRESA**

O âmago da surpresa nas Ações de Segurança e Defesa é estar estruturado para atuar prontamente, no momento e no local em que a fonte de ameaça venha a agir. Esta surpresa poderá ser obtida pela utilização de sistemas de vigilância e alarme, meios em pronta resposta e táticas e procedimentos desconhecidos ou inesperados pela fonte de ameaça.

### **2.1.12 UNIDADE DE COMANDO**

Todos os esforços para a SEGDEF devem estar sob um comando único, favorecendo as interações necessárias e a priorização do emprego dos recursos disponíveis. A observação deste princípio é relevante para a obtenção da sinergia necessária, evitando o desperdício de meios, assim como a própria ocorrência de fratricídio. A adequada capacidade de comando e controle é primordial para a Unidade de Comando.

## **2.2 PREMISSAS BÁSICAS**

**2.2.1** A Segurança e Defesa absoluta é sempre uma meta desejável, porém, praticamente inatingível. Não há recursos, atividades ou sistemas tão bem protegidos que não possam ser roubados, danificados, neutralizados, destruídos ou observados por fontes de ameaça.

**2.2.2** Não é economicamente possível ou teoricamente necessário que todas as instalações de uma Organização Militar, ou todas as OM da Força Aérea recebam o mesmo grau de proteção. A priorização dos recursos entre diferentes OM ou entre diferentes instalações de uma OM deve se basear na “importância relativa” e na “vulnerabilidade relativa” de cada uma.

**2.2.3** A proteção dos recursos, atividades e sistemas do COMAER deve gerar o mínimo impacto possível na funcionalidade das instalações ou OM protegidas. No entanto, quanto maior o grau de risco, mais restritivas, às demais atividades, serão as medidas de Segurança e Defesa.

**2.2.4** Para a preservação de seu poder de combate, em tempo de paz ou de guerra, a FAB, no efetivo desempenho de suas atribuições, não pode prescindir de Ações de Força Aérea que visem a SEGDEF e permitam, permanentemente, à manutenção da operacionalidade dos meios, o preparo dos recursos humanos e a segurança dos pontos e áreas sensíveis de interesse.

### **2.3 CONCEITO DE SEGURANÇA E DEFESA NO COMANDO DA AERONÁUTICA**

**2.3.1** O propósito das medidas de Segurança e Defesa é dissuadir, retardar, neutralizar ou mitigar as ações hostis.

**2.3.2** Os Comandantes, Chefes e Diretores são os responsáveis pelo estabelecimento e manutenção de um nível adequado de Segurança e Defesa em suas Organizações Militares, mediante o emprego correto do processo de Gerenciamento de Riscos e o assessoramento técnico do Comando da Unidade de Segurança e Defesa apoiadora.

**2.3.3** A Segurança e Defesa depende de um estado de alerta permanente de todos os funcionários, militares ou civis, de uma instalação ou OM. Cada indivíduo deve contribuir efetivamente para a manutenção do nível adequado de Segurança e Defesa.

**2.3.4** O estabelecimento desse estado de alerta permanente depende do fortalecimento da mentalidade coletiva de segurança, que pode ser motivada por meio de programas, exercícios, testes, palestras e reuniões direcionadas ao efetivo da OM, do qual se espera uma postura colaborativa diante das regras e medidas de segurança vigentes.

**2.3.5** A Segurança e Defesa requer pessoal técnico-especializado, treinado, equipado e organizado para conduzi-la da forma mais eficiente possível, especialmente no que tange ao desencadeamento das Ações de Autodefesa de Superfície e Polícia da Aeronáutica, que devem ser atribuídas aos militares da Infantaria da Aeronáutica. Todavia, no que tange à Ação de Segurança das Instalações, algumas funções podem ser atribuídas aos demais militares, que devem estar instruídos para esse fim.

**2.3.6** Em situações excepcionais, como, por exemplo, operações de guerra ou de garantia da lei e da ordem, que demandem o desdobramento do efetivo da USEGDEF para outras frentes, as OM devem ter condições de empregar até um terço do seu efetivo administrativo na segurança de suas instalações.

**2.3.7** A SEGDEF envolve diversos segmentos, abrangendo um conjunto significativo de recursos e atividades relacionadas com a proteção do poder de combate da FAB. Neste contexto, a fim de promover a padronização de procedimentos e meios, bem como a racionalização dos recursos, a normatização, o planejamento, a coordenação e a supervisão da Segurança e Defesa devem ser tratados de forma sistêmica, sob a responsabilidade de um órgão central.

## **2.4 AÇÕES DE FORÇA AÉREA E SISTEMAS INTERVENIENTES**

**2.4.1** Diversas Ações de Força Aérea são intervenientes umas nas outras, assim ocorre com as Ações de Autodefesa de Superfície, de Polícia da Aeronáutica e de Segurança das Instalações.

**2.4.2** O acesso ao conhecimento sobre as prováveis fontes de ameaça, produzido pela Inteligência, é fundamental para o planejamento e condução da Segurança e Defesa.

**2.4.3** A Contrainteligência atua em interdependência com a Segurança e Defesa, protegendo o conhecimento com medidas que previnem e obstruem a ação das fontes de ameaça.

**2.4.4** A Comunicação Social contribui com a Segurança e Defesa, por meio de campanhas de esclarecimento e/ou de valorização de suas ações junto aos públicos interno e externo.

**2.4.5** A Segurança e Defesa requer apoio direto da Função Engenharia da Ação de Força Aérea Logística, na construção e manutenção de abrigos, barreiras e arruamentos perimetrais, áreas livres, iluminação de proteção, postos de controle de acesso e lançamento de obstáculos, dentre outros.

## **2.5 ORGANIZAÇÃO**

**2.5.1** Dentro da estrutura organizacional do COMAER, a Segurança e Defesa é dividida em níveis de competência, estruturados da seguinte maneira:

- a) o Comandante da Aeronáutica (CMTAER) exerce a direção e a coordenação superior do planejamento e execução da SEGDEF no COMAER, assessorado pelos órgãos diretamente envolvidos;
- b) o Comando de Preparo (COMPREP) é o órgão central normativo, de coordenação e de supervisão técnica;
- c) os demais Órgãos de Direção Geral, Setorial e Assessoramento são executores e responsáveis, no âmbito de suas competências, pela Segurança e Defesa de suas Organizações e OM subordinadas;
- d) os Comandantes de Guarnição de Aeronáutica (GUARNAE) são os coordenadores locais de SEGDEF dentro de sua Guarnição; e
- e) todas as OM do COMAER são órgãos executivos.

## **2.6 RECURSOS HUMANOS**

**2.6.1** As Unidades de Segurança e Defesa devem dispor do efetivo necessário à implantação e condução continuada da Segurança e Defesa das OM apoiadas, naquelas atividades que requerem pessoal especializado.

**2.6.2** Todo o efetivo militar de uma instalação ou OM deve receber instrução periódica para estar em condições de ser empregado na segurança das instalações, em caso de necessidade.

**2.6.3** A instrução e manutenção operacional do pessoal técnico-especializado em Segurança e Defesa é de caráter fundamental para garantir a eficiência desses recursos humanos no desempenho de sua tarefa.



**2.6.4** O pessoal técnico-especializado em Segurança e Defesa deve ser submetido a um processo criterioso de recrutamento e seleção objetivando o perfil adequado para a tarefa a ser desempenhada. São qualidades desejáveis a iniciativa, o senso de julgamento, a coragem, a aptidão física, o tato no tratamento com o público e o controle emocional.

## **2.7 RECURSOS MATERIAIS**

**2.7.1** As Unidades de Segurança e Defesa devem dispor dos equipamentos, armamentos, munições e viaturas necessários à implantação e condução continuada da Segurança e Defesa nas OM apoiadas.

**2.7.2** Cada OM deve dispor e manter infraestrutura física (instalações), de comunicação, de tecnologia da informação e de meios eletrônicos aplicados à Segurança e Defesa.

**2.7.3** O COMAER deve dispor de uma reserva de equipamentos, armamentos, munições e viaturas para aprestar, pelo menos, um terço do efetivo militar administrativo de instalações ou OM envolvidas em ambientes de crise ou de conflito.

**2.7.4** O COMAER deve dispor de material e equipamentos que permitam a instalação de infraestrutura temporária de Segurança e Defesa em aeródromos e sítios radar de desdobramento, rodopistas e infraestruturas críticas de interesse a serem protegidas.

## **2.8 RECURSOS FINANCEIROS**

A previsão de recursos financeiros para a implantação e manutenção das medidas de Segurança e Defesa necessárias em cada OM, principalmente as direcionadas a obras, tecnologia da informação e emprego de meios eletrônicos na segurança, deve constar das respectivas Propostas Orçamentárias.

## **2.9 PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA E DEFESA**

**2.9.1** As medidas de Segurança e Defesa a serem implantadas devem, sempre, assegurar a redução do grau de risco a parâmetros aceitáveis.

**2.9.2** O planejamento deve prever o emprego de uma infraestrutura física de segurança compatível com o grau de risco identificado, associada a sistemas de vigilância eletrônica, de controle de acesso e equipes especializadas, aptas para averiguação de alarmes e resposta a atos hostis.

**2.9.3** Os meios devem estar dispostos em profundidade, como um sistema de filtros sucessivos, intensificando, gradualmente, as medidas de segurança, de acordo com a análise de risco de cada área, setor ou instalação.

**2.9.4** As medidas de segurança devem ser planejadas de forma que, havendo uma evolução dos níveis de ameaça, saindo-se de uma situação de estabilidade para uma situação de risco mais elevada, ou vice-versa, seja possível intensificar ou arrefecer os procedimentos de segurança, sem a substituição dos equipamentos utilizados.

### **3 COMPETÊNCIAS**

#### **3.1 EMAER**

**3.1.1** Estabelecer a adequada prioridade no planejamento orçamentário da Aeronáutica para o atendimento às necessidades da SEGDEF.

**3.1.2** Assegurar, no âmbito de sua Organização, que os procedimentos referentes à SEGDEF estejam alinhados com as orientações emanadas sistemicamente pelo COMPREP.

#### **3.2 ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL**

**3.2.1** Assegurar, no âmbito de sua Organização e OM subordinadas, que os procedimentos referentes à SEGDEF estejam alinhados com as orientações emanadas sistemicamente pelo COMPREP.

**3.2.2** Enviar ao EMAER a consolidação das necessidades orçamentárias para a SEGDEF das suas OM subordinadas, principalmente no que se refere a obras, tecnologia da informação e emprego de meios eletrônicos na segurança.

**3.2.3** Assegurar que as OM subordinadas se mantenham adequadamente treinadas e equipadas, conforme normas estabelecidas pelo COMPREP, para a SEGDEF.

#### **3.3 COMPREP**

**3.3.1** Normatizar, coordenar, orientar a execução e supervisionar a SEGDEF no âmbito do COMAER.

**3.3.2** Atualizar e divulgar as publicações sobre o emprego da Infantaria da Aeronáutica, para atender às necessidades de SEGDEF no COMAER.

**3.3.3** Propor, por intermédio do EMAER, a ativação, desativação e modificação de Unidades de Segurança e Defesa, para atender às necessidades do COMAER.

#### **3.4 COMANDANTES DE GUARNAE**

**3.4.1** Coordenar as medidas que visem à segurança coletiva das OM da Guarnição.

**3.4.2** Promover a interação, nos interesses da Segurança e Defesa da GUARNAE, com as demais Forças Singulares e com os órgãos e agências governamentais federais, estaduais e municipais relacionadas à segurança e ordem pública.

**3.4.3** Observar, no âmbito da GUARNAE, o cumprimento das normas emitidas pelo COMPREP.

#### **3.5 CIAER**

Orientar a atividade de inteligência para a produção e proteção dos conhecimentos necessários à SEGDEF no COMAER.

### **3.6 ORGANIZAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA**

**3.6.1** Elaborar e manter atualizado o respectivo planejamento de Segurança e Defesa, observando as normas e procedimentos estabelecidos pelo COMPREP, bem como as orientações emanadas pelo Comando da respectiva GUARNAE.

**3.6.2** Remeter ao Órgão de Direção Setorial ao qual esteja subordinada, por meio da cadeia de comando, as necessidades administrativas (pessoal, material e orçamento) para atender às necessidades de SEGDEF planejadas.

**3.6.3** Assegurar o cumprimento das normas emitidas pelo COMPREP, para os assuntos de Segurança e Defesa.

**3.6.4** Manter as interações necessárias à consecução da Segurança e Defesa de sua OM, no local de sua sede, com os Comandantes, Chefes e Diretores de organizações e representações de outras Forças Armadas, órgãos e agências governamentais federais, estaduais e municipais relacionadas a segurança e ordem pública, obedecido o nível de correspondência previsto.

#### **4 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**4.1** Compete aos demais órgãos da estrutura do COMAER elaborar documentos complementares necessários ao cumprimento desta Diretriz.

**4.2** Os casos não previstos nesta Diretriz serão submetidos à apreciação do Comandante do COMPREP.

**4.3** As sugestões para aperfeiçoamento deste documento são estimuladas e deverão ser encaminhadas ao COMPREP, via cadeia de comando.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, 27 ago. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, Ed. Extra, 10 jun. 1999.

\_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira*: DCA 1-1. [Brasília],:2012.